

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011877-34.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **André Luiz de Souza Vella**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PODER JUDICIÁRIO****São Paulo****1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 1209/13****VISTOS**

**ANDRE LUIZ DE SOUZA VELLA** ajuizou Ação de **COBRANÇA SECURITÁRIA SECURITÁRIA** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, ambos devidamente qualificados.

No dia 30 de Outubro de 2009, em decorrência de acidente de trânsito, o Autor sofreu lesões de natureza grave (cf. fls. 11/13) e recebeu apenas R\$1.682,50 dos R\$13.500,00 que fazia jus do seguro DPVAT. Diante disso, requereu a condenação da Ré ao pagamento da diferença, ou seja, R\$ 11.817,50 mais custas e honorários advocatícios. Requereu os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e solicitou a realização perícia técnica.

A ré foi devidamente citada. Compareceu aos autos a

**0011877-34.2013.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A e apresentou defesa alegando a inépcia da inicial por falta de documentos essenciais, a prescrição e, no mérito, que já houve pagamento administrativo. Requereu a total improcedência da ação e subsidiariamente, em caso de condenação, que seja descontado o valor incontroverso, já pago, de R\$1.682,50.

A audiência de conciliação, restou infrutífera. (cf. fls. 39).

As partes foram instadas á produção de provas às fls. 64. O autor requereu a realização de perícia. O réu disse não ter mais provas a produzir.

Laudo pericial fls. 90/94. Manifestação sobre o laudo pela ré as fls. 100/105 e pelo autor às fls. 107/113.

A fls. 136/137 o autor juntou documentos.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

**Da substituição do Polo Passivo**

Não se faz necessária a substituição do polo passivo pela “Seguradora Líder dos Consórcios”, uma vez que a indenização do seguro pode ser cobrada de qualquer seguradora, em razão da solidariedade que há entre elas.

Nesse sentido, recente acórdão do TJSP, julgado em 19/06/2012, da relatoria da Des.Berenice Marcondes César:


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Ementa:** AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminares: ilegitimidade passiva ad causam inoccorrência todas as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT têm legitimidade para figurar em ação que se pretenda a cobrança ou a complementação da indenização securitária. (...) (Apelação nº 0010276-22.2011.8.26.0482).

De qualquer maneira, embora a defesa tenha sido encartada pela SEGURADORA LÍDER, a requerida PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS encartou procuração (cf. fls. 62) e continuou a peticionar nos autos na sequência (a respeito confira-se peças de fls. 100/105 e 117/122).

\*\*\*\*

A inicial encontra-se instruída com os documentos essenciais à atividade jurisdicional (cf. fls. 11/13), razão pela qual a preliminar arguida fica rechaçada.

### DA PRESCRIÇÃO

Também deve ser afastada a prejudicial de mérito.

Trata-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT), em virtude de acidente de trânsito ocorrido no dia 30/09/2009, que, nos termos da petição inicial, acarretou invalidez permanente à autora.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A prescrição da ação movida por beneficiário do seguro obrigatório dava-se, segundo o Código Civil de 1916, em vinte anos (art. 177). A partir do início da vigência do Código Civil atual, em 11/01/2003, o prazo passou a ser de três anos (art. 206, § 3º, IX), quando não decorrido mais da metade do lapso previsto no Código antigo (artigo 2.208).

Para os casos de invalidez permanente, porém, seja ela parcial ou total, o prazo prescricional conta-se da data da ciência do segurado da sua incapacidade laboral.

De fato, “na hipótese de invalidez parcial ou total e permanente, seu termo inicial, **interessa menos ou nada a data do sinistro**, conta-se da data da ciência, pelo interessado, da consolidação das lesões, tal qual o enunciado da súmula 278 do Superior Tribunal de Justiça (o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral – DJ 16/06/2003) – TJSP, 28ª Câmara de Direito Privado, Apelação sem Revisão 1178939-0/5, Rel. Des. Celso Pimentel, j. 24/06/2008).

Assim, embora o acidente de trânsito sofrido pelo autor tenha ocorrido no dia 30/10/2009 e a ação tenha sido proposta em 28/06/2013, a prescrição não pode ser reconhecida, porque devemos prestigiar como sendo a data da ciência de sua incapacidade 11/04/2013, que é a data em que efetivado o pagamento administrativo (conforme anunciado na defesa e não rechaçado em réplica).

Nesse diapasão: Agravo de Instrumento 0227700-84.2011, 30ª Câmara de Direito Privado do TJSP e REsp 1.388.030/MG, j. em 11/06/2014.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, rejeito a alegação de prescrição e passo a analisar o mérito.

\*\*\*\*

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 30/10/2009. Do infortúnio resultou a incapacidade parcial (e permanente) descrita a fls. 13.

Via da presente busca o pagamento da diferença da indenização recebida administrativamente, em consonância com a legislação que regula o DPVAT, comumente conhecido como “Seguro Obrigatório”.

Trata-se de acidente ocorrido após a entrada em vigor da Lei 11.482/07, de 31/05/2007, que alterou o artigo 3º da Lei do DPVAT.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela aplicação *in casu*, uma vez que, como já dito, o acidente se deu em 30/10/2009, ou seja, durante a sua vigência.

A controvérsia dos autos cinge-se apenas ao valor da indenização que deve ser paga ao autor em razão do acidente (ou entendemos correto aquele desembolsado administrativamente ou deferimos uma complementação).

O parecer médico de fls. 90/94 revela que há nexo de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 12,5% ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 1.687,50, não há qualquer complementação a ser feita, uma vez que 12,5% de R\$ 13.500,00 equivale a exatamente R\$ 1.687,50.

Por fim, o autor demonstrou nos autos estar trabalhando regularmente e ter nível médio de estudo para necessidade de nova colocação no mercado de trabalho.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial.

Sucumbente, arcará o requerente com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, observando-se o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

**P.R.I.**

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**0011877-34.2013.8.26.0566 - lauda 6**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**